

MERCANTILISMO

Conseqüência da ampliação de horizontes econômicos propiciada pelos descobrimentos marítimos do século XVI, o mercantilismo, apesar de apresentar variantes de país para país, esteve sempre associado ao projeto de um estado monárquico poderoso, capaz de se impor entre as nações européias.

Mercantilismo são teoria e prática econômica que defendiam, do século XVI a meados do XVII, o fortalecimento do estado por meio da posse de metais preciosos, do controle governamental da economia e da expansão comercial. Os principais promotores do mercantilismo, como Thomas Mun na Grã-Bretanha, Jean-Baptiste Colbert na França e Antonio Serra na Itália, nunca empregaram esse termo.¹

Para a consecução dos objetivos mercantilistas, todos os outros interesses deviam ser relegados a segundo plano: a economia local tinha que se transformar em nacional e o lucro individual desaparecer quando assim conviesse ao fortalecimento do poder nacional. A teoria foi exposta de maneira dispersa em numerosos folhetos, meio de comunicação então preferido pelos preconizadores de uma doutrina.

Programa da política mercantilista

Alcançar a abundância de moeda era, efetivamente, um dos objetivos básicos dos mercantilistas, já que, segundo estes, a força do estado dependia de suas reservas monetárias. Se uma nação não dispunha de minas, tinha de buscar o ouro necessário em suas colônias ou, caso não as tivesse, adquiri-lo por meio do comércio, o que exigia um saldo favorável da balança comercial ou seja, que o valor das exportações fosse superior ao das importações.

Para obter uma produção suficiente, deviam ser utilizados hábil e eficazmente todos os recursos produtivos do país, em especial o fator trabalho. Toda nação forte precisava possuir uma grande população que fornecesse trabalhadores e soldados, e ao mesmo tempo o mercado correspondente. As possessões coloniais deveriam fornecer metais preciosos e matérias-primas para alimentar a manufatura nacional, ao mesmo tempo em que constituíssem mercados consumidores dos produtos manufaturados da metrópole. Proibiam-se as atividades manufatureiras nas colônias, e o comércio, em regime de monopólio, era reservado à metrópole.

¹ Sua divulgação coube ao maior crítico do sistema, o escocês Adam Smith, em *The Wealth of Nations* (1776; *A riqueza das nações*).

Em território nacional, o mercantilismo preconizou o desaparecimento das alfândegas interiores, a supressão ou redução dos entraves à produção forçados pelas corporações de ofício, o emprego de sistemas de contabilidade e acompanhamento das contas de receitas e despesas do estado, a troca de funcionários corruptos ou negligentes por outros honestos e competentes, a criação de uma fiscalização centralizada e a adoção de leis que desestimulassem a importação de bens improdutivos e de grande valor.

Avaliação do mercantilismo

A crítica mais abrangente do mercantilismo foi movida por Adam Smith, que denunciou a falsa identificação, feita por muitos teóricos dessa corrente econômica, entre dinheiro e riqueza. Com efeito, o forte protecionismo alfandegário e comercial, e a subordinação da economia das colônias à da metrópole, não tinham como fim último o desenvolvimento da manufatura nacional, mas, como foi assinalada, a maior acumulação possível de metais nobres.

A economia clássica posterior, cujo principal representante foi Smith, preconizou, ao contrário, a livre atividade comercial e manufatureira em qualquer território colônia ou metrópole, já que, segundo seus princípios, a riqueza não se identificava com o simples acúmulo de reservas monetárias, mas com a própria produção de bens. No século XX, porém, o economista britânico John Maynard Keynes retomou formulações do mercantilismo e afirmou a existência de similitudes entre sua própria teoria do processo econômico e a teoria mercantilista.

Independentemente das diversas análises econômicas a que foi submetido, o mercantilismo foi o instrumento que assegurou as condições econômicas e financeiras necessárias a garantir a expansão dos estados absolutistas europeias. Entre os representantes do mercantilismo distinguiu-se o francês Jean-Baptiste Colbert, ministro da Fazenda de Luís XIV, de tal importância que seu nome serviu para se cunhar o termo por que é conhecida a variante francesa do mercantilismo, o colbertismo.²

² Na Grã-Bretanha, além de Thomas Mun, sustentaram a mesma orientação James Steuart e Josiah Child, assim como na França Jean Bodin e Antoine de Montchrestien. Em Portugal, as primeiras reformas do marquês de Pombal revelam sua filiação à teoria mercantilista.

Apesar de na Idade Média ter surgido inovações no comércio, como por exemplo, o combate à usura, os salários justos, o "justo preço", será no Mercantilismo que brotarão os primeiros princípios econômicos.

O mercantilismo é marcado por um processo de expansão dos mercados consumidores e produtores de matéria-prima, pela revolução comercial, pela centralização do comércio como atividade econômica e pelo protecionismo e intervencionismo estatal na economia.

Diferentemente do período escolástico, as práticas comerciais tinham por objetivo o enriquecimento, ou seja, o lucro, a qualquer custo. Diminuição das importações e aumento das exportações, exploração das novas terras, acúmulo de metais preciosos foram requisitos importantes para o desenvolvimento das nações.³

O início da era mercantilista foi marcado por diversas transformações intelectuais, religiosas, comportamentais, políticas, geográficas e econômicas. As transformações religiosas foram marcadas por exaltar o individualismo e a atividade econômica, as de comportamento pela busca do bem-estar, as políticas pelo surgimento do Estado Moderno, as geográficas pela ampliação do campo de atuação dos Estados buscando a exploração de novas terras e a navegação para comercializar, as econômicas pela mudança do eixo econômico mundial e a criação da moeda baseada no ouro e na prata.

Considera-se que o mercantilismo foi um período que possibilitou a transição de uma economia regional para uma economia nacional. O comércio não mais se limitava às feiras e às transações internas, mas voltava-se para o exterior, buscando o acúmulo de capitais em função da prosperidade do Estado, mesmo que para isso fosse necessária a exploração de outras terras.

Muitas críticas foram focalizadas ao sistema mercantilista. Como principais pode-se citar o apego demasiado ao lucro, pois o país buscava intermitentemente a riqueza mesmo que o outro país tivesse prejuízo, segundo Montaigne "o lucro de um país é o prejuízo de outro"; a produção existia em função do desenvolvimento do Estado e não do bem-estar dos indivíduos; a exploração ao máximo da colônia e o impedimento de qualquer desenvolvimento econômico desta, evitando, assim, uma possível concorrência.⁴

³ As restrições impostas pela igreja na Idade Média foram ignoradas, e os comerciantes obtiveram apoio da comunidade e do Estado para comercializar e lucrar.

⁴ Apesar de não ser bastante significativa a contribuição do mercantilismo a ciência econômica, foram difundidas algumas idéias importantes, de modo isolado, que acabaram influenciando uma nova fase da evolução do pensamento econômico, a fase científica da economia.